



60ª Reunião Ordinária da Rede de Controle da Gestão Pública	ATA DE REUNIÃO	Páginas: 05
---	-----------------------	-------------

DATA:	13/02/2019
LOCAL:	Sala de reunião do CEDUC, Sede principal do MPBA.
HORÁRIO:	Das 9h às 12h
PAUTA:	
PRESENTES:	Andréa F. de C. Galvão, TCU; Antônio Tarciso S. de Carvalho, MPC-BA; Antônio Veiga Argollo Neto, CGU; Catiuscia Dantas Abreu, TRE-BA; Henrique P. Santos Filho, TCE; Leandro B. Nunes, MPF; Luciano Taques Ghignone, CAOPAM; Luís Augusto P. Rocha, AGE; Pedro José Suffredini, TCU; Ricardo B. Jonas, TCU; Ubenilson Colombiano Matos dos Santos, PGE-BA; Valmiro Santos Macêdo, Coordenador do CEDUC; e Waldir Santos, AGU.

ATA DA REUNIÃO

Ao décimo terceiro dia do mês de fevereiro do ano de 2019, aberta a sexagésima reunião da Rede de Controle da Gestão Pública, o Promotor de Justiça Valmiro Macêdo, Coordenador do CEDUC, agradeceu a presença de todos, tendo solicitado, em seguida, que fosse inserida na pauta a discussão acerca dos encaminhamentos atinentes aos recursos do FUNDEF – Precatórios, visto que as ações e providências em andamento já têm a participação dos integrantes da Rede de Controle, isso em todos os estados que sofreram o subfinanciamento na educação, em razão de repasse incorreto do governo federal. Aduziu, ainda, que se trata de uma sugestão também advinda do coordenador do CAOPAM, Luciano Taques, e assentida pelo Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, Danilo Diamantino, e pelo Procurador da República, Leandro Bastos Nunes, todos integrantes do grupo de trabalho instituído pela Procuradoria-Geral da República para tratar do assunto em referência. Aceita a proposição pelos membros da Rede, o Promotor de Justiça iniciou a exposição de questões relativas à utilização inadequada de recursos destinados ao financiamento da educação, tanto quanto a verbas do FUNDEF, quanto do FUNDEB. Comentando sobre o tema, o Promotor de Justiça Luciano Taques, Coordenador do CAOPAM, destacou a recorrência de contratação de escritórios de advocacia por municípios, pagos inadequadamente com recursos do FUNDEF. Salientou que decisões judiciais favoráveis não têm estancado a saída desse dinheiro. Entende que é necessário fazer um levantamento sobre as ocorrências que precisam ser monitoradas. Em adição, Dr. Pedro Suffredini, TCU, assim como o promotor Luciano, defenderam a possibilidade do Estado e da União atuarem como meio de interlocução entre órgãos públicos e no monitoramento das ocorrências. Devolvida a palavra a Dr. Valmiro, este ressaltou que também há diferenças em verbas do FUNDEB. Como meio de lidar com a situação analisada, propôs que seja feita uma ação articulada, com apoio da Procuradoria da República, dos Tribunais de Conta e do Ministério Público, por meio de Recomendação enviada aos gestores municipais, como forma de cobrança. Desse modo, entende que os promotores de justiça que atuam localmente teriam um apoio para requererem o cumprimento da recomendação diretamente ao gestor municipal. Sugeriu, ainda, que



fosse formado um grupo de trabalho, não idêntico, mas semelhante ao que foi criado no Maranhão e ressalta que a iniciativa desse estado foi, inclusive, recomendada pelo TCU como modelo para todo o Brasil. Em atenção ao assunto apresentado, Dr. Pedro asseverou que o tema é muito importante e propôs que fosse articulada uma ação na Rede de Controle voltada para essa questão. Sugeriu, ainda, que fosse realizada uma nova reunião especificamente para tratar desse tema. Devolvida a palavra a Dr. Valmiro, este reiterou a sugestão de que fosse criado um subgrupo na Rede de Controle, proposta que foi aprovada por unanimidade. Tomando a palavra, Dr. Luciano Taques solicitou que a criação desse grupo constasse nesta ata, em que foi atendido. Ademais, decidiu-se pelo agendamento da reunião desse grupo para a próxima quarta-feira, dia 20 de fevereiro de 2019, às 9 horas. Em continuidade ao tema em foco, Dr. Luciano sugeriu, ainda, que a Recomendação fosse enviada aos prefeitos em meio físico, por correios, com aviso de recebimento. Retomando a palavra, Dr. Valmiro defendeu a ideia de que a recomendação também fosse assinada por representantes da Controladoria-Geral da União, do Ministério Público Federal e de outras instituições integrantes da Rede. Sobre essa sugestão, Dr. Luciano contra-argumentou dizendo que entendia que seria mais célere enviar, o mais brevemente possível, apenas com assinaturas dos promotores de justiça. Encerrado o debate sobre essa questão, Dr^a Andréa Galvão, TCU, deu continuidade à pauta, discorrendo sobre a proximidade do prazo final do Termo de Cooperação firmado pela Rede de Controle, bem como sobre a oportunidade de tentar ampliar as instituições integrantes da Rede na elaboração do próximo Termo. Sugere que sejam enviados convites, mediante ofício, aos representantes de diversos órgãos, de modo a deixar registrada a tentativa de ampliar as parcerias na Rede de Controle. A respeito dessas colocações, Dr. Waldir, AGU, sustentou que considera fundamental que um Procurador da República integre esse grupo. Além disso, considerou que os contratos irregulares com escritórios de advocacia ocorrem em razão da ausência de Procuradorias estruturadas nos municípios. Asseverou que a Rede precisa compreender bem quem a compõe e deixar documentado que outros órgãos e instituições foram convidadas, mas que não participam das reuniões e das ações articuladas para combater essas contratações irregulares. Propõe, ainda, a atuação de um órgão nacional para agir sobre esses problemas. A esse respeito, Dr. Pedro, TCU, salienta que a representatividade dos Órgãos na Rede de Controle tem certa limitação. Continua dizendo que a participação desses órgãos é fundamental, mas se o órgão não coloca isso como prioridade, não pode ser obrigado a participar. Observa que, dos órgãos convidados, a maioria nem respondeu aos convites. Expõe seu apoio à ideia de atuação de um órgão nacional sobre esse tipo de questão. Passada a palavra a Dr^a Andréa, esta relembra que a renovação do acordo de cooperação foi feito em 2014, vencendo, portanto, no ano em curso. Explica entender necessário que sejam enviados ofícios para representantes de órgãos que compõem a rede de controle para que confirmem se ainda têm interesse em participar da rede. Ressalta que já foi aprovada a inclusão do MPT e entende que a oportunidade de elaboração de novo termo deveria ser aproveitada para incluir outros órgãos que queiram participar. Sobre o assunto, Dr. Luciano comentou que a inclusão de outros órgãos afetaria a pauta e a forma de atuação da Rede de Controle, bem como possivelmente alteraria também o escopo de discussão da Rede, visto que muitas ações desenvolvidas no âmbito da Rede afetariam alguns desses novos parceiros. Opta, portanto, pelo modelo de fórum de entidades de controle, de modo a atuar de forma mais segura na fiscalização da gestão pública. Salientou, por fim, que o foco da Rede deveria ser robustecer o controle social da gestão pública, ao ponto, de um dia, o próprio trabalho da Rede não ser mais necessário. Com a palavra, Dr. Pedro ratificou que alguns órgãos poderiam prejudicar a atuação da Rede de Controle. Manifestando sua opinião, Dr. Waldir,



corroborou a proposta de Dr. Luciano e disse entender que o modelo de fórum é mais adequado. Acrescentou, ainda, que poderia ser útil criar um outro tipo de fórum com outras entidades para atuar de forma adicional, mas sem prejudicar a atuação da Rede de Controle. Lembrou que, salvo engano, é dessa forma que funciona em Alagoas e no Rio Grande do Norte e concluiu dizendo que o ideal é incentivar a sociedade a participar do controle da gestão pública, mas sem interferir em questões mais estratégicas da Rede de Controle. Com referência ao exposto, Dr. Pedro se comprometeu a se informar sobre como esse modelo funciona em outros estados. Com a palavra, Dr. Luís Augusto, AGE, questionou se seria mais adequado criar um aditivo do Termo ou firmar um novo termo de cooperação e participação na Rede de Controle, desenvolvendo-se debate sobre o assunto. Em sequência, Dr. Andréa, propôs que fosse compartilhada uma cópia do acordo para todos os participantes. Desenvolvendo o tema, Dr. Pedro, questionou quem delibera o acordo nacional. Após comentários de outros participantes, supôs-se que os acordos são mais frequentemente estaduais ou de órgãos próprios, não uma ação da União. Tomando a palavra, Dr. Antônio Argollo, CGU, lembrou que muitos órgãos deixaram de participar da Rede de Controle por falta de efetividade da atuação da Rede na época em que esses parceiros participavam e que, atualmente, seria interessante oficializar esses Órgãos para saber se teriam interesse em voltar a integrar a Rede. Sobre o assunto, Dr. Luís Augusto, AGE, expôs que entende que a Rede deve ser atrativa para todos os integrantes, portanto os parceiros têm que ser aqueles que realmente têm afinidade com o tipo de ação típica da Rede. Com a palavra, Dr. Luciano ratificou a explanação de Dr. Argollo, entendendo que esses órgãos talvez tenham interesse em participar formalmente na Rede, porém sendo convidados a atuar apenas quando o tema ou ação tiver mais afinidade com suas atividades. A esse respeito, Dr. Henrique, TCE, disse entender que muitas vezes ocorrem falhas na comunicação interna. Sugeriu que, mesmo que essas pessoas não venham para a reunião, deveriam ser informadas sobre os temas discutidos. Diversamente dessa opinião, Dr. Luciano, Dr. Pedro e Dr. Argollo entendem que tais providências funcionariam como um desestímulo à participação desses outros órgãos nas reuniões. Com comentários de Dra. Andréa, Dr. Pedro e Dr. Luís Augusto, ressaltou-se a necessidade de insistir diretamente para receber respostas desses outros órgãos convidados. Dando prosseguimento à pauta, Dr. Pedro apresentou Dr. Ricardo, analista do TCU, que substituirá Dra. Andréa na participação da Rede de Controle, em razão de mudanças de atribuições desta. Com a palavra, Dr^a Andréa informou que o DENASUS solicitou integração à Rede. Em atenção, Dr. Luís Augusto declarou que não vê objeção à participação da auditoria do SUS na Rede de Controle. Após breve deliberação, decidiu-se, por unanimidade, pelo envio de convite a esse Órgão. Prosseguindo com a pauta, Dr. Pedro iniciou as tratativas sobre convite para participação em curso promovido pelo Ministério da Justiça informando que este ministério precisa de apoio da Rede de Controle na logística e suporte estrutural para realização do evento e que tal curso deve ocorrer no mês de maio. Com a palavra, Dr. Luciano afirmou ter todo interesse em colaborar com a realização do evento e expôs que, caso tenha abertura para opinar na formatação do curso, também gostaria de participar dessa articulação. Pontuou que, em alguns desses eventos, havia um excesso de número de palestrantes, prejudicando a exposição dos assuntos pelos mesmos e que, em sua percepção, o ideal seria programar apenas um palestrante por turno, para grupos pequenos, ou dois por turno para plateias maiores. Reafirmou, portanto, que gostaria de compartilhar ideias de formatação do evento com o Ministério da Justiça. Comentando a questão posta, Dr. Luís Augusto disse entender que o curso já virá com o formato definido e deduz que restaria lançar a marca da Rede de Controle na realização do evento. Finalizando, Dr. Pedro sugeriu que Dr. Luciano fizesse a articulação com o Ministério da Justiça, proposta que foi acatada por todos os



presentes. Encerrando essas deliberações, Dr. Henrique também ofereceu apoio logístico para realização do evento. Em cumprimento à pauta, Dr. Pedro apresentou a questão do encontro nacional da rede de controle, que está previsto para acontecer na Bahia. Salientou que as premissas de apoio para realização desse encontro na Bahia sempre foram através do TCE e ressaltou que a estrutura disponível para realização do evento é diminuta. Sugeriu que, se a Rede apoiar esse evento, será necessário ter maioria de representantes do TCE na comissão criada para auxiliar na organização desse Encontro. Passada a palavra para Dr. Luís Augusto, este salientou que é necessário tratar com prioridade sobre o modelo e o objetivo do evento para saber se tem sentido que o mesmo receba o carimbo da rede de controle. Analisando o exposto, Dr. Pedro relatou como ocorreram experiências anteriores nesse sentido. Deliberando sobre a questão, Dra. Andréa, Dr. Ricardo e Dr. Luís Augusto, em concordância, defenderam que a programação deve promover o encontro com outras Redes. Em continuidade ao assunto, Dr. Waldir compartilhou a forma de realização do evento em Recife, bem como no Rio Grande do Sul. Sugeriu que fosse feito contato com as pessoas envolvidas na realização de tais eventos em Pernambuco e no Rio Grande do Sul. Com referência ao apoio para realização do Encontro na Bahia, Dr. Luís Augusto sugeriu que fossem feitos, ao menos, dois grupos de organização do evento. Um seria para decidir a logística do evento e outro seria para tratar dos temas a serem abordados. Quanto a esse aspecto, Dr. Henrique e Dra. Andréa sugeriram pessoas para auxiliar. Com a palavra, Dr. Luís Augusto apresentou o ponto que considera mais difícil, que seria o patrocínio da participação dos palestrantes. Sugeriu, por conseguinte, que os participantes da Rede de Controle se preparassem para, eventualmente, custearem a participação dos palestrantes, viabilizando passagens e diárias. Comentou que já houve polêmica quanto ao modelo e aos temas tratados nos eventos anteriores e, afirmou que é necessário estabelecer um formato e temas que atendam aos interesses de todas as redes, uma vez que será um encontro das redes. Dr. Luís Augusto ressaltou, ainda, que o trabalho sobre transporte enviado à FNDE constitui ponto importante a esse respeito. Intervindo, Dr. Pedro sugeriu que algumas diretrizes sobre as providências já sejam desenhadas na atual reunião. Assim, por decisão unânime, decidiu-se pela escolha de Dr. Luciano, Dr. Waldir, Dr. Túlio e Dr. Argollo para formarem a comissão de apoio à realização do Encontro Nacional da Rede de Controle na Bahia. Com a palavra, Dr. Argollo sugeriu que a realização do evento fosse na Fecomércio (Casa do Comércio). Fechando as tratativas sobre esse tema, Dr. Pedro propôs que na próxima reunião já se tenham feito avanços sobre esse item. Passada a palavra para Dr. Andréa, esta falou sobre a página principal da CGU na internet. Informou que já houve avanços, mas que outras ações nesse sentido ainda estão em andamento. Solicitou que Dr. Luís faça articulação com a PRODEB para auxiliar na hospedagem da página na internet. Após deliberações a esse respeito pelo grupo, entendeu-se que a hospedagem corresponde a uma das últimas providências a serem tomadas e que, inicialmente, é importante decidir e determinar o conteúdo do portal. Analisando a situação, Dr. Waldir se disponibilizou a auxiliar no desenvolvimento das páginas. Concluindo, Dra. Andréa ressaltou que o portal do Paraná atende bem às necessidades da Bahia, feitas as adaptações necessárias. Com a palavra, Dr. Luciano ressaltou que há, ainda, duas pendências a respeito da educação e da atuação da UPB. Destacou que poderia ser realizado um evento em parceria com a UPB em março e que poderia ser feito, inclusive, no próprio Ministério Público. Entende que a articulação com a UPB é necessária, bem como demarcar a atuação da rede de controle para apontar o que deve ser corrigido pelos gestores. Propôs, ainda, um evento durante um dia inteiro para tanto e sugeriu a data 29 de março para a realização do mesmo. Quanto à Ponte com o FNDE, asseverou que é fundamental tentar emplacar a ideia junto ao FNDE. Com a palavra, Dr.



Rede de Controle da Gestão Pública

Construindo parcerias para o controle público efetivo

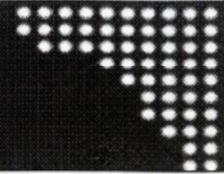


Catiusca, TRE-BA, distribuiu cartazes sobre a Mesa Redonda Ética e Integridade na Administração Pública e expôs que entende ser fundamental a atuação da rede de controle para divulgar a cultura da ética na administração pública. Feitas as considerações finais por Dr. Pedro, nada mais havendo a deliberar, visto que a pauta foi vencida, este encerrou a reunião, lavrando-se a presente ata que vai assinada por todos, conforme lista de presença anexa.



Rede de Controle da Gestão Pública

Construindo parcerias para o controle público efetivo



60ª REUNIÃO ORDINÁRIA - 13/2/2019

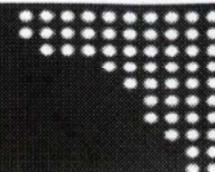
LISTA DE PRESENÇA

NOME	ÓRGÃO	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
ANDRÉIA F. DE C. GALVÃO	TCU	(71)99113-3239	ANDREAFC@TCU.GOV.BR	
ANTONIO VEIGA ARAÚJO NETO	CEU	99973-8859	ANTONIO.NETO@CEU.GOV.BR	
RICARDO B. JONAS	TCU	999964887	jonasrb@tcu.gov.br	
PEDRO JOSÉ SUFREDINI	TCU	999416357	sufredini.pj@tcu.gov.br	
LUIS AUGUSTO P. AROCHA	AGE	988806049	LROCHA@SIAFES.PS.GOV.BR	
CATIUSCIA DANTAS ABBREU	TRE-BA	9996870 10	CDABBREU@TRE-BA.JUS.BR	
UBENILSON COLOMBIANO MATEOS DOS SANTOS	PGE-BA	98882-3380	UBENILSON.SANTOS@PGE.BA.GOV.BR	



Rede de Controle da Gestão Pública

Construindo parcerias para o controle público efetivo



ª REUNIÃO ORDINÁRIA - 13/02/2019

LISTA DE PRESENÇA

NOME	ÓRGÃO	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
ANTÔNIO TARCISO S. DE CARVALHO	MPC - BA	(71) 98883-8139	atarciso@yahoo.com.br	
Válcio Meier	MPC	71-991831119	valcio@mpc.ba.br	
Waldimir Santos	AGU	71 991368080	WALDIR@MENSA.ORG.BR	
LEANDRO B. NUNES	MPP	71-38230974	LEANDRONUNES@ppm.pp.br	
HENRIQUE P. SANTOS CILIAS	TCE	71 991920474	perena@tce.ba.gov.br	
LUCIANO TAVARES OLIVEIRA	MPS	71-99547-8711	LUCIANO@TAVARES@mpm.mp.br	